

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2025**  
(Da Sra. Deputada Federal LAURA CARNEIRO)

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para tratar do Plano Decenal de Assistência Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar acrescida do art. 5º-A e seu art. 18 passa a vigorar acrescido dos incisos XV e XVI, com a seguinte redação:

“Art. 5º-A O Plano Decenal de Assistência Social, aprovado na forma do inciso XV do art. 18 desta Lei, deverá ser elaborado a cada dez anos, para definir objetivos, estratégias e metas para o aperfeiçoamento da Política de Assistência Social.

Parágrafo Único. As metas a serem estabelecidas no Plano de que trata o caput deste artigo devem ser aferíveis pelas pesquisas e bases de dados oficialmente utilizadas pelo Sistema Único de Assistência Social – Suas.”

“Art. 18 .....

.....

XV - apreciar e aprovar o Plano Decenal de Assistência Social;

XVI - monitorar e avaliar o Plano Decenal de Assistência Social, em articulação com o órgão de que trata o caput do art. 17 desta Lei.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**



A elaboração de um Plano Decenal de Assistência Social representa uma estratégia fundamental para a concretização de uma política social eficaz, voltada ao atendimento das necessidades da população mais vulnerável. Atualmente, está vigente o Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026) aprovado pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 7, de 18 de maio de 2016, ancorada na participação social e na construção coletiva, a partir de deliberações da X Conferência Nacional de Assistência Social.

Entendemos que, no âmbito da assistência social, assim como já é realidade para a educação, a elaboração desses planos decenais deve ser um dever legal, em vez de apenas uma iniciativa dos governantes. No caso da educação, essa forma de planejamento é um preceito constante do art. 214 da Constituição Federal.

Esta proposição visa, portanto, alterar a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para deixar expresso, nessa importante norma que rege a política de assistência social no Brasil, a obrigação de elaboração do Plano Decenal. O planejamento em assistência social deve ser realizado de forma estruturada, com objetivos claros e metas bem definidas. Isso assegura uma visão de futuro, orientando as ações governamentais e promovendo a continuidade e a consistência das políticas públicas ao longo dos anos.

O exemplo do Plano Decenal de Educação ilustra a importância desse tipo de planejamento de longo prazo. Desde sua implantação, o Plano tem orientado as políticas educacionais, estabelecendo metas de universalização do acesso, de melhoria da qualidade do ensino e de formação de profissionais, entre outros objetivos. A sua periodicidade de dez anos permite uma avaliação contínua e ajustes estratégicos, essenciais para garantir avanços consistentes na área de educação. De forma similar, o Plano Decenal de Assistência Social busca consolidar um horizonte de ações que promovam a inclusão social e o fortalecimento da proteção social.

A inclusão do Plano Decenal de Assistência Social na legislação vigente promoverá maior segurança jurídica para a manutenção desse importante instrumento de planejamento de longo prazo.



Diante do exposto, pedimos apoio dos nobres Pares para aprovar esta proposição, que assegura maior efetividade nas políticas de assistência social, para a promoção de justiça social e redução das desigualdades.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 2025.



**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**

2025-12563

